



PREFEITURA MUNICIPAL DE JABOTICATUBAS
Praça Nossa Senhora da Conceição, 38 - Centro - CEP: 35.830-000 -
Jaboticatubas/MG

CONTRATO DE ADESÃO Nº 220/2024

Pelo presente instrumento particular, o **MUNICÍPIO DE JABOTICATUBAS**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 18.715.417/0001-04, com sede administrativa na Praça N. Senhora da Conceição, 38, Centro, Jaboticatubas/MG, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. Eneimar Adriano Marques, brasileiro, casado, portador do CPF nº 027.708.466-04 e Carteira de Identidade RG nº M-8.793.860, de ora em diante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado **COMPANHIA BRASILEIRA DE PLANOS FUNERÁRIOS S.A**, Filial Jaboticatubas, com endereço na Rua Bom Jesus, nº 47, no bairro Centro, na cidade de Jaboticatubas, estado de MG, cujo CNPJ é 27.630.446/0053-87, neste ato representado pelos senhores Roberto Sidney Sant'Ana, portador do CPF: 943.075.146-15 e Lucas Barros Cota Mendes, portador do CPF: 046.439.066-42, de ora em diante denominado simplesmente **CONTRATADO**, de conformidade com o art. 74, inciso IV c/c inciso II do art. 79 da Lei Federal nº 14.133/2021, Processo nº 071/2024, Inexigibilidade nº 013/2024, Credenciamento nº 005/2024, têm como justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA 1ª - DO OBJETO

1.1. Credenciamento de empresa para prestação de serviços especializados e continuados de funeral e traslado destinados à concessão do benefício eventual Auxílio Funeral, concedido através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Promoção Social para pessoas que se encontram em vulnerabilidade social, no município de Jaboticatubas/MG, conforme abaixo especificado:

Item	Unid	Quant Anual	Descrição Detalhada	Preço Estimado	
				Unit R\$	Total R\$
01	Unid	20	<ul style="list-style-type: none"> - Critérios para credenciar prestadores de serviços funerais – Natimorto: Itens inclusos por funeral. Mínimo de: - Ornamentação do corpo com flores, fornecimento de vela, véu, urna mortuária, traslado do corpo de no máximo 500 km (considerando que o total de km contabilizados na ida e volta seja inferior a 500 km). - Preparação do corpo como tanatoplaxia e reconstituição facial. Custeio da preparação do corpo na forma de reconstituição facial só será concedido mediante solicitação da família em casos de deformação facial decorrente de acidentes. - Não está incluído no item acima a preparação do corpo na forma de embalsamamento. - Urna envernizada com visor e seis alças. - O prestador do serviço deverá disponibilizar um assistente social, devidamente habilitado pelo cress, para realização do estudo socioeconômico, contendo todos dados e documentação necessária do requerente, para os casos de falecimento em finais de semana, feriado e fora do horário comercial. - Estes estudos deverão ser entregues no próximo dia útil, à Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Promoção Social. - Caso a família não se enquadre no perfil para recebimento do benefício, o município não se responsabilizará pelas despesas, ficando o prestador de serviço responsável pelo recebimento do serviço prestado, junto ao requerente. - O prestador do serviço deverá informar o requerente dos seguintes critérios: <ul style="list-style-type: none"> *O tempo de duração do velório, considerando as condições do corpo, o que deverá ser esclarecido aos familiares, pelo prestador do serviço. *Entrega da cartilha do auxílio funeral ao requerente (a cartilha será produzida e fornecida pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento e 	1.338,33	26.766,60



PREFEITURA MUNICIPAL DE JABOTICATUBAS
Praça Nossa Senhora da Conceição, 38 - Centro - CEP: 35.830-000 -
Jaboticatubas/MG

			<p>Promoção Social), devendo ainda, o prestador colher a assinatura de um familiar (responsável) no protocolo de entrega (ciência do requerente) e apresentá-lo à Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Promoção Social, para liberação do pagamento.</p> <p>*Entrega e assinatura de entrega do termo de execução do serviço ao requerente (o termo será produzido e fornecido pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Promoção Social).</p> <p>*Apresentação do comprovante com a assinatura de ciência do requerente, constando a execução do serviço, para liberação do pagamento.</p>		
02	Unid	30	<ul style="list-style-type: none"> - Critérios para credenciar prestadores de serviços funerais – Criança ou Adolescente: -Itens inclusos por funeral. Mínimo de: - Ornamentação do corpo com flores, fornecimento de vela, véu, urna mortuária, traslado do corpo de no máximo 500 km (considerando que o total de km contabilizados na ida e volta seja inferior a 500 km). - Preparação do corpo como tanatoplaxia e reconstituição facial.o custeio da preparação do corpo na forma de reconstituição facial, só será concedido mediante solicitação da família em casos de deformação facial decorrente de acidentes. - Não está incluído no item acima, a preparação do corpo na forma de embalsamamento. - Urna envernizada com visor e seis alças. - O prestador do serviço deverá disponibilizar um Assistente Social, devidamente habilitado pelo cress, para realização do estudo socioeconômico, contendo todos dados e documentação necessária do requerente, para os casos de falecimento em finais de semana, feriado e fora do horário comercial. - Estes estudos deverão ser entregues no próximo dia útil, à Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Promoção Social. - Caso a família não se enquadre no perfil para recebimento do benefício, o município não se responsabilizará pelas despesas, ficando o prestador de serviço responsável pelo recebimento do serviço prestado, junto ao requerente (a cartilha será produzida e fornecida pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Promoção Social), devendo ainda, o prestador colher a assinatura de um familiar (responsável) no protocolo de entrega (ciência do requerente) e apresentá-lo à Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Promoção Social, para liberação do pagamento. <p>Entrega e assinatura de entrega do termo de execução do serviço ao requerente (o termo será produzido e fornecido pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Promoção Social).</p> <p>Apresentação do comprovante com a assinatura de ciência do requerente, constando a execução do serviço, para liberação do pagamento.</p>	1.898,33	56.949,90
03	Unid	50	<ul style="list-style-type: none"> - Critérios para credenciar prestadores de serviços funerais Adultos (mulheres ou homens, em idade produtiva ou idosa): -Itens inclusos por funeral. Mínimo de: - Ornamentação do corpo com flores, fornecimento de vela, véu, urna mortuária, traslado do corpo de no máximo 500 km (considerando que o total de km contabilizados na ida e volta seja inferior a 500 km). - Preparação do corpo como tanatoplaxia e reconstituição facial. O custeio da preparação do corpo na forma de reconstituição facial, só será concedido mediante solicitação da família em casos de deformação facial decorrente de acidentes. - Não está incluído no item acima, a preparação do corpo na forma de embalsamamento. - Urna envernizada com visor e seis alças - O prestador do serviço deverá disponibilizar um Assistente Social, 	2.538,330	126.916,50



PREFEITURA MUNICIPAL DE JABOTICATUBAS
Praça Nossa Senhora da Conceição, 38 - Centro - CEP: 35.830-000 -
Jaboticatubas/MG

			<p>devidamente habilitado pelo cress, para realização do estudo socioeconômico, contendo todos dados e documentação necessária do requerente, para os casos de falecimento em finais de semana, feriado e fora do horário comercial.</p> <p>-Estes estudos deverão ser entregues no próximo dia útil, à Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Promoção Social.</p> <p>- Caso a família não se enquadre no perfil para recebimento do benefício, o município não se responsabilizará pelas despesas, ficando o prestador de serviço responsável pelo recebimento do serviço prestado, junto ao requerente.</p> <p>- O prestador do serviço deverá informar o requerente dos seguintes critérios:</p> <p>*O tempo de duração do velório, considerando as condições do corpo, o que deverá ser esclarecido aos familiares, pelo prestador do serviço.</p> <p>*Entrega da cartilha do auxílio funeral ao requerente (a cartilha será produzida e fornecida pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Promoção Social), devendo ainda, o prestador colher a assinatura de um familiar (responsável) no protocolo de entrega (ciência do requerente) e apresentá-lo à Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Promoção Social, para liberação do pagamento.</p> <p>*Entrega e assinatura de entrega do termo de execução do serviço ao requerente (o termo será produzido e fornecido pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Promoção Social).</p> <p>*Apresentação do comprovante com a assinatura de ciência do requerente, constando a execução do serviço, para liberação do pagamento</p>		
04	Unid	20	<p>- Critérios para credenciar prestadores de serviços funerais – Obesos (mulheres ou homens, crianças ou adultos, em idade produtiva ou idosa):</p> <p>- Itens inclusos por funeral. Mínimo de:</p> <p>- Ornamentação do corpo com flores, fornecimento de vela, véu, urna mortuária, traslado do corpo de no máximo 500 km (considerando que o total de km contabilizados na ida e volta seja inferior a 500 km).</p> <p>- Preparação do corpo como tanatoplaxia e reconstituição facial. O custeio da preparação do corpo na forma de reconstituição facial, só será concedido mediante solicitação da família em casos de deformação facial decorrente de acidentes.</p> <p>- Não está incluído no item acima, a preparação do corpo na forma de embalsamamento.</p> <p>- Urna envernizada com visor e seis alças</p> <p>- O prestador do serviço deverá disponibilizar um Assistente Social, devidamente habilitado pelo cress, para realização do estudo socioeconômico, contendo todos dados e documentação necessária do requerente, para os casos de falecimento em finais de semana, feriado e fora do horário comercial.</p> <p>- Estes estudos deverão ser entregues no próximo dia útil, à Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Promoção Social.</p> <p>- Caso a família não se enquadre no perfil para recebimento do benefício, o município não se responsabilizará pelas despesas, ficando o prestador de serviço responsável pelo recebimento do serviço prestado, junto ao requerente.</p> <p>- O prestador do serviço deverá informar o requerente dos seguintes critérios:</p> <p>*O tempo de duração do velório, considerando as condições do corpo, o que deverá ser esclarecido aos familiares, pelo prestador do serviço.</p> <p>*Entrega da cartilha do auxílio funeral ao requerente (a cartilha será produzida e fornecida pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Promoção Social), devendo ainda, o prestador colher a assinatura de um familiar (responsável) no protocolo de entrega (ciência do requerente) e</p>	3.323,330	66.466,60



			<p>apresentá-lo à Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Promoção Social, para liberação do pagamento.</p> <p>*Entrega e assinatura de entrega do termo de execução do serviço ao requerente (o termo será produzido e fornecido pela secretaria municipal de desenvolvimento e promoção social).</p> <p>*Apresentação do comprovante com a assinatura de ciência do requerente, consoante a execução do serviço, para liberação do pagamento</p>		
TOTAL ANUAL ESTIMADO					277.099,60

CLÁUSULA 2ª - DOS PREÇOS E FORMA DE PAGAMENTO

2.1. - Dos preços

2.1.1. O contratante pagará ao contratado os valores unitários constantes na cláusula primeira.

2.2. O valor será pago mensalmente, mediante a apresentação da nota fiscal correspondente.

2.3. – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

2.3.1 - O pagamento será efetuado pelos serviços efetivamente realizados, devendo a credenciada apresentar mensalmente as guias de autorização dos serviços, e o Relatório de Estudo Socioeconômico, sendo também necessário a apresentação dos documentos fiscais devidos;

2.3.2. - O pagamento será efetuado, pela Secretaria Municipal de Fazenda, em até 30 (trinta) dias após a comprovação dos serviços prestados e mediante apresentação de nota fiscal.

2.3.3. - Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir da regularização dos mesmos e sua reapresentação.

2.3.4. A liquidação da despesa deverá ocorrer em até 10 (dez) dias a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, podendo ser excepcionalmente prorrogado, justificadamente, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

2.3.4.1. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, suspenderá os prazos de liquidação.

2.3.5 – O pagamento das faturas seguirá a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, cabendo à contratada manter durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

2.3.6 - O Município poderá sustar o pagamento a que a prestadora de serviço tenha direito, enquanto não sanados os defeitos, vícios ou incorreções resultantes da contratação e/ou não recolhimento de multa aplicada.

2.3.7 – Dos pagamentos devidos à Contratada, serão descontados os valores de multa ou eventuais débitos daquela para com a administração, referentes a qualquer contrato entre as mesmas partes, sem obrigatoriedade de prévio aviso.

2.3.8. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento não justificados, provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = N \times VP \times I$$



**onde:**

EM = Encargos moratórios;

VP = Valor da parcela em atraso;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento (vencimento) e a do efetivo pagamento;

I = Índice de compensação financeira, assim apurado:

$$I = \frac{(TX / 100)}{30}$$

TX = Percentual da taxa de juros de mora mensal definida no edital/contrato.

CLÁUSULA 3ª - DA DOTAÇÃO

3.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das dotações orçamentárias

FICHA	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	FONTE	RECURSO
199	02050050.0824404872.704 - 33903200	1.500.000.0000	Recursos não vinculados de impostos
199	02050050.0824404872.704 - 33903200	1.661.000.0000	Transf. Recur. Fundos Estaduais de Assist.

CLÁUSULA 4ª - DA VIGÊNCIA4.1. - Este contrato entra em vigor na data de sua assinatura, com vigência até **17/09/2025**.

4.2. - A prorrogação do prazo contratual poderá ocorrer, a critério do Contratante, nos termos do art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA 5ª - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

5.1. - O Contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento), de acordo com o que preceitua o art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA 6ª - DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

6.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos

6.2. Receber o objeto/serviço no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

6.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

6.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado.

6.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade;

6.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

6.7. Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

6.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do





presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

6.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico- financeiro feitos pelo contratado;

6.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

6.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, em como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA 7ª - DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATADO

7.1. Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução do objeto, tais como: salários, seguros de acidente, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vales-refeição, vales-transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo.

7.2 Executar o objeto com qualidade.

7.3 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

7.4 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

7.5 Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-la na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o **CONTRATANTE**.

7.6 Manter durante o período de execução do objeto, as condições de regularidade junto ao FGTS, INSS, e às Fazendas Federal, Estadual, e Municipal, bem como as condições de qualificação exigidas na licitação.

7.7 Apresentar a atualização, a cada 180 dias, da Certidão Negativa de Débito Trabalhista (CNDT) referida na Lei nº 12.440 de 07.07.2011.

7.8 – Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

7.9 - Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

7.10 - Caberá à Contratada o cumprimento de todas as obrigações constantes no Termo de Referência – Anexo I do Edital de Credenciamento correspondente.

CLÁUSULA 8ª - DA EXTINÇÃO

8.1. O presente Contrato de Adesão poderá ser extinto a pedido do **CONTRATADO**, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, mediante acordo entre as partes, com fundamento no inciso II do art. 138 da Lei nº 14.133/2021.

8.2. Aplica-se ainda ao presente instrumento contratual as possibilidades de extinção previstas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021.





CLÁUSULA 9º - DA FISCALIZAÇÃO

9.1. A fiscalização da execução do contrato, objeto da presente licitação, será exercida por um representante do Contratante.

9.2. A fiscalização de que trata o item anterior não exclui, nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ou em decorrência de imperfeições técnicas, vícios redibitórios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, inexistindo em qualquer circunstância, a corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes e prepostos, conforme prevê o art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

9.3. O Contratante se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte o objeto, se considerados em desacordo com os termos do presente contrato.

CLÁUSULA 10 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Incorre em infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021 e art. 4º do Decreto Municipal nº 4.280 de 31 de março de 2023, quais sejam:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto do credenciamento sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- XIII - tumultuar a sessão pública da licitação;
- XIV - propor recursos manifestamente protelatórios em sede de contratação direta ou de licitação;
- XV - deixar de regularizar os documentos fiscais no prazo concedido, na hipótese de o infrator enquadrar-se como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
- XVI - deixar de manter as condições de habilitação durante o prazo do contrato;
- XVII - permanecer inadimplente após a aplicação de advertência;
- XVIII - deixar de complementar o valor da garantia recolhida após solicitação do contratante;
- XIX - deixar de devolver eventuais valores recebidos indevidamente após ser devidamente notificado;
- XX - manter empregado, responsável técnico ou qualquer pessoa sob sua responsabilidade com qualificação em desacordo com as exigências do edital ou do contrato, durante a execução do objeto.
- XXI - utilizar as dependências do contratante para fins diversos do objeto do contrato;
- XXII - tolerar, no cumprimento do contrato, situação apta a gerar ou causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais a qualquer pessoa;
- XXIII - deixar de fornecer Equipamento de Proteção Individual - EPI, quando exigido, aos seus empregados ou omitir-se em fiscalizar sua utilização, na hipótese de contratação de serviços de mão de obra;
- XXIV - deixar de substituir empregado cujo comportamento for incompatível com o interesse público, em especial quando solicitado pela Administração;



PREFEITURA MUNICIPAL DE JABOTICATUBAS
Praça Nossa Senhora da Conceição, 38 - Centro - CEP: 35.830-000 -
Jaboticatubas/MG

XXV - deixar de repor funcionários faltosos;

XXVI - deixar de apresentar, quando solicitado pela administração, comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas e com o Fundo de Garantia do tempo de Serviço (FGTS) em relação aos empregados diretamente envolvidos na execução do contrato, em especial quanto ao:

a) registro de ponto;

b) recibo de pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário;

c) comprovante de depósito do FGTS;

d) recibo de concessão e pagamento de férias e do respectivo adicional;

e) recibo de quitação de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato;

f) recibo de pagamento de vale-transporte e vale-alimentação, na forma prevista em norma coletiva.

XXVII - deixar de observar a legislação pertinente aplicável ao seu ramo de atividade;

XXVIII - entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidades contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina;

XXIX - ofender agentes públicos no exercício de suas funções;

XXX - induzir a administração em erro;

XXXI - deixar de manter empregados, que fiquem nas dependências e à disposição da administração nos contratos de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra;

XXXII - compartilhar recursos humanos e materiais disponíveis de uma contratação para execução simultânea de outros contratos por parte do contratado, nos contratos de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra;

XXXIII - impossibilitar a fiscalização pelo contratante quanto à distribuição, controle e supervisão dos recursos humanos alocados aos seus contratos, em relação aos contratos de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra;

XXXIV - apresentar proposta inexecutável com finalidade de tumultuar o procedimento;

XXXV - deixar de demonstrar exequibilidade da proposta quando exigida pela administração;

XXXVI - subcontratar serviço em contrato em que não há essa possibilidade;

XXXVII - deixar de apresentar no prazo do art. 96, §3º da Lei 14133/21, garantia pelo contratado quando optar pela modalidade seguro garantia;

XXXVIII - deixar de comprovar, quando solicitado, na execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas;

XXXIX - deixar de manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representar o contratado na execução do contrato;

XL - deixar de aceitar as supressões e acréscimos de até 25% (vinte e cinco por cento) em relação aos contratos.

10.2 O credenciante que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) de advertência que consiste em comunicação formal ao infrator do descumprimento de uma obrigação do edital ou da inexecução parcial do contrato quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

b) de multa, o infrator que, injustificadamente, descumprir a legislação, cláusulas do edital ou cláusulas contratuais, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor de referência do certame ou do contrato nos termos estabelecidos nos respectivos instrumentos, devendo ser observados, preferencialmente, os seguintes percentuais e diretrizes:

I - multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, até o limite de 10% (dez por cento), correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, excluída, quando for o caso, a parcela correspondente aos impostos destacados no documento fiscal;



PREFEITURA MUNICIPAL DE JABOTICATUBAS
Praça Nossa Senhora da Conceição, 38 - Centro - CEP: 35.830-000 -
Jaboticatubas/MG

II - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da adjudicação do certame ou do valor da contratação direta em caso de recusa do infrator em assinar o contrato, ou recusar-se a aceitar ou retirar o instrumento equivalente;

III - multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor de referência do certame, nas hipóteses constantes do item 10.1, subitens I, IV, V, XIII, XIV e XV, deste edital;

IV - multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da adjudicação, nas hipóteses constantes do item 10.1, subitens XVI, XVII, XVIII, XX, XXI, XXIII, XXIV, XXV, XXVI, XXVII, XXXI, XXXIII, XXXVIII e XXXIX deste edital;

VI - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor de referência do certame, nas hipóteses constantes do item 10., subitens II, III, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XXIX, XXX, XXXIV e XXXV deste Edital;

VI - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da adjudicação, nas hipóteses constantes do item 10.1, subitens XIX, XXII, XVIII, XXXII, XXXVI, XXXVII e XL, deste edital;

VII - multa indenizatória, a título de perdas e danos, na hipótese de o infrator ensejar a rescisão do contrato e sua conduta implicar em gastos à administração, superiores aos contratados.

c) de impedimento de licitar e contratar que impedirá o infrator de participar de licitação e contratar com a administração:

I - por até 01 (um) ano, caso o infrator:

- a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- c) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto do certame sem motivo justificado;

II - por até 02 (dois) anos, caso o infrator:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o mesmo ou durante a execução do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - por até 03 (três) anos, caso o infrator:

- a) não celebrar o contrato, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- b) fraudar o certame ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) der causa à inexecução total do contrato.

d) de Declaração de Inidoneidade de contratar com a Administração Pública, será aplicada por prazo não superior a 6 (seis) anos, nas seguintes hipóteses:

I - por período de 3 (três) a 4 (quatro) anos, no caso de praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;

II - por período de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos, nos casos de:

- a) fraudar o certame ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- b) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.

III - por período de 5 (cinco) a 6 (seis) anos, nos casos de:

- a) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei 12.846/13;
- b) dar causa à inexecução total do contrato, por ato doloso que cause lesão ao erário.

10.3. Na aplicação das sanções será observado Decreto nº 4.280 de 31 de março de 2023.

10.4. – Será considerada falta grave e caracterizada como falha em sua execução, o não recolhimento das contribuições sociais da Previdência Social, que poderá dar ensejo à rescisão do Contrato, sem





PREFEITURA MUNICIPAL DE JABOTICATUBAS
Praça Nossa Senhora da Conceição, 38 - Centro - CEP: 35.830-000 -
Jaboticatubas/MG

prejuízo da aplicação de sanção pecuniária e do impedimento para licitar e contratar com a Administração, nos termos da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA 11 - DOS CASOS OMISSOS

11.1. - Os casos omissos, assim como as dúvidas, serão resolvidas com base na Lei nº 14.133/2021, cujas normas ficam incorporadas ao presente instrumento, ainda que delas não se faça aqui menção expressa.

CLÁUSULA 12 – DO REGIME DE EXECUÇÃO

12.1. – O regime de execução do presente contrato será Indireta – Empreitada por preço Unitário.

CLÁUSULA 13 – DA-EXECUÇÃO DO SERVIÇO

13.1 A Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Promoção Social emitirá a ordem de serviços e a entregará diretamente ao usuário, acompanhada da relação de todos os credenciados.

13.2. – Caberá ao familiar/requerente solicitar a prestação do serviço diretamente com um dos credenciados.

CLÁUSULA 14 - DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Jaboticatubas, para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução do presente Contrato.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente de 02 (duas) testemunhas que a tudo assistiram e também assinam.

Jaboticatubas/MG, 17 de setembro de 2024.

ENEIMAR ADRIANO MARQUES
PREFEITO MUNICIPAL

COMPANHIA BRASILEIRA DE PLANOS FUNERÁRIOS S.A
CONTRATADO

REPRESENTANTES: **Roberto Sidney Sant'Ana**
CPF: 943.075.146-15

Lucas Barros Cota Mendes
CPF: 046.439.066-42

Testemunhas: _____

